



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIOLOGIA E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA)**

**LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL: UM OLHAR A
PARTIR DA BIBLIOGRAFIA**

PIETRA REGINA DE OLIVEIRA VACARIN

Foz do Iguaçu
2023



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIOLOGIA E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA)**

**LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL: UM OLHAR A
PARTIR DA BIBLIOGRAFIA**

PIETRA REGINA DE OLIVEIRA VACARIN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociologia e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Régis da Cunha Belem

Foz do Iguaçu

2023

PIETRA REGINA DE OLIVEIRA VACARIN

**LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL: UM OLHAR A
PARTIR DA BIBLIOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociologia e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Régis da Cunha Belem
UNILA

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dr. Antonio De La Pena Garcia
UNILA

Foz do Iguaçu, 02 de julho de 2023__.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a):__

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

		Tipo de Documento
(x) graduação	(.....) artigo	
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso	
(.....) mestrado	(.....) monografia	
(.....) doutorado	(.....) dissertação	
	(.....) tese	
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais	
	(.....) _____	

Título do trabalho acadê

LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL: UM OLHAR A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA

Nome do orientador(a): Régis da Cunha Belem Data da Defesa: 02/ 07/ 2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a meus pais, que sempre me incentivaram em todos os caminhos que eu escolhesse seguir, me fornecendo apoio emocional e financeiro para poder realizar essa graduação. Não poderia deixar de mencionar minhas avós, que após seis anos ainda não sabem mencionar o nome do curso, mas que sempre me ajudaram a me sentir mais em casa em Foz do Iguaçu, enviando alimentos e carinho.

Gostaria de agradecer ao meu orientador Professor Régis, a quem admiro pelo seu trabalho, e por dedicar a mim paciência e atenção, acreditando na minha capacidade, mesmo quando essa parecia estar incerta para mim.

Agradeço a todos os professores de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, por transmitir tamanho conhecimento em todos esses anos.

Agradeço a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pelos anos em que a frequentei quase todos os dias. A UNILA me abriu portas para a diversidade cultural, como eu jamais havia experimentado nas minhas vivências em uma cidade de interior.

Por fim, a todos os amigos e colegas que passaram em minha vida ao longo dos anos aqui nessa universidade, alguns permaneceram, outros não, mas estou certa que foram importantes para meu aprendizado.

VACARIN, Pietra Regina de Oliveira. **LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL: Um olhar a partir da bibliografia.** 43 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica acerca do tema dos estudos de comunidade no Brasil. Em meados da década de 30, pesquisadores estrangeiros foram introduzidos a instituições de ensino superior brasileiras, em áreas de antropologia e sociologia. Tal ato contribuiu para o incentivo da pesquisa de campo e para o interesse em investigar a realidade e os problemas sociais brasileiros. A área de maior interesse das pesquisas, constituiu as comunidades rurais. Em 1950, surgem diversos estudos de comunidade e esse método passa a receber duras críticas, dessa forma, entrou em declínio por meados da década de 70. Os conceitos de comunidade foram sendo redefinidos ao longo do tempo, na contemporaneidade empregando cada vez mais ênfase em aspectos das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos, fator determinante no desenvolver de programas e políticas públicas. O trabalho teve como objetivo abordar o que foram os estudos de comunidade, qual a importância e contribuição e como se desenvolvem atualmente, dando enfoque para o tema das relações de parentesco, vizinhais e de afinidade existentes nos espaços rurais. A metodologia consistiu em buscar e analisar referências teóricas de relevância ao assunto, com o emprego de livros, artigos científicos, preferencialmente de autores conhecidos na área. Ademais, foram utilizados tanto arcabouço teórico clássico, quanto contemporâneo.

Palavras-chave: estudos de comunidade, relações sociais, parentesco, comunidades rurais

RESUMEN

El presente trabajo consiste en una revisión bibliográfica sobre el tema de los estudios de comunidad en Brasil. A mediados de la década de 1930, se introdujeron investigadores extranjeros en las instituciones de educación superior brasileñas en los campos de la antropología y la sociología. Este acto contribuyó al fomento de la investigación de campo y al interés por investigar la realidad y los problemas sociales brasileños. El área de mayor interés en la investigación fueron las comunidades rurales. En 1950 surgieron varios estudios comunitarios y este método comenzó a recibir duras críticas, por lo que entró en decadencia a mediados de la década de 1970. Los conceptos de comunidad se han redefinido a lo largo del tiempo, poniendo en la actualidad cada vez más énfasis en aspectos de las relaciones sociales que se establecen entre los individuos, factor determinante en el desarrollo de programas y políticas públicas. El objetivo de esta investigación fue abordar qué fueron los estudios de comunidad, cuál es su importancia y aporte y cómo se desarrollan actualmente, centrándose en el tema de las relaciones de parentesco, vecindad y afinidad existentes en los espacios rurales. La metodología consistió en buscar y analizar referentes teóricos de relevancia para el tema, utilizando libros, artículos científicos, preferentemente de autores reconocidos en el área. Además, se utilizaron marcos teóricos tanto clásicos como contemporáneos.

Palabras clave: estudios de comunidad, relaciones sociales, parentesco, comunidades rurales

ABSTRACT

The work is aimed at a bibliographic review about the theme of community studies in Brazil. In the mid-1930s, foreign researchers were introduced to Brazilian higher education institutions in the fields of anthropology and sociology. This act contributed to the encouragement of field research and to the interest in investigating Brazilian reality and social problems. The area of greatest interest in the research was rural communities. In 1950, several community studies emerged and this method began to receive harsh criticism, thus, it went into decline by the mid-70s. The concepts of community have been redefined over time, nowadays employing more emphasis on aspects of social relations that are established between individuals, a determining factor in the development of programs and public policies. The objective of this research was to address what community studies were, what their importance and contribution are and how they are currently developed, focusing on the theme of kinship, neighborhood and affinity relationships existing in rural areas. The methodology consisted of seeking and analyzing theoretical references of relevance to the subject, using books, scientific articles, preferably by well-known authors in the area. Furthermore, both classical and contemporary theoretical were used.

Key words: community studies, social relations, kinship, rural communities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE COMUNIDADE NO BRASIL.....	13
3 PERMEANDO PELO CONCEITO DE COMUNIDADE RURAL.....	18
3.1 As relações de parentesco no campo, sangue e descendência	22
4 ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL CONTEMPORÂNEOS	30
4.1 Alguns estudos analisados	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Os estudos de comunidade foram um marco relevante na história das ciências sociais no Brasil, através da influencia de pesquisadores estrangeiros, especificamente norte-americanos, que impulsionaram esse modelo de pesquisa. De acordo com Oliveira e Maio (2011, p. 522): “os estudos de comunidade configuram modalidade de pesquisa, em que a vida social de uma determinada comunidade, social e espacialmente localizada, é objeto de investigação minuciosa e detalhada”. Em vista disso, nas décadas de 50 e 60 surgiram diversos estudos de comunidade pelo país. O alvo dessas pesquisas eram comunidades rurais ou indígenas, que mantivessem uma cultura tradicional frente a um processo crescente de desenvolvimento brasileiro, de urbanização e industrialização.

Havia interesse em produzir uma extensa concentração de dados a partir da observação dessas comunidades rurais, de modo a contribuir para a formulação e implantação de programas e projetos voltados a transformação social de certas regiões do Brasil. Os estudos de comunidade, foram importantes naquele momento para encorajar uma geração de pesquisadores, que adotaram a investigação de campo, como um método produtivo de pesquisar, visto que poderia contribuir a evidenciar as realidades sociais, econômicas, sanitárias de regiões pouco abordadas. Contudo, na época, os EC receberam diversas críticas, frente as considerações favoráveis, como veremos mais adiante. Logo, após a década de 70, os estudos de comunidade, entraram em declínio.

Uma comunidade rural pode ser entendida por distintos significados, os ideais de comunidade passaram por redefinições ao longo tempo. John Comerford usa a definição atual de comunidade rural, onde aponta que:

“Em geral, quando se fala em “comunidade rural”, trata-se de indicar um grupo concreto delimitado em termos territoriais (a população de uma localidade, distrito, município) e em termos de sua atividade (pessoas que se ocupam de atividades “rurais”, ligadas à agricultura e à pecuária), mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que se sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontado para valores de harmonia e bom senso.” (COMERFORD, 2005, p. 112)

Uma comunidade rural, tanto na perspectiva clássica, quanto contemporânea,

considera o aspecto territorial, mas não necessariamente a partir dos limites geográficos definidos pela administração pública, já que em debates atuais, a localidade não é suficiente para definir uma comunidade. Os laços parentais, vizinhais, de amizade entre as pessoas, são considerados muito significativos, como a fonte de uma comunidade rural. Após décadas, o EC ressurgiu com uma roupagem distinta, tratando como um foco central a análise de comunidades que tiveram contato com projetos e programas de desenvolvimento local, e como as relações sociais existentes entre os indivíduos de uma comunidade, influenciam e podem determinar o sucesso na execução desses trabalhos, sendo um desafio a ser considerado.

Nesse trabalho objetivou-se realizar uma pesquisa, através de revisão bibliográfica, onde o tema central foram os estudos de comunidades rurais, com o intuito de abordar o que foram esses estudos, qual a importância e como se desenvolvem atualmente. O tema foi escolhido pelo interesse em antropologia rural, mas especialmente envolveu minhas vivências pessoais. Pude me identificar com essas abordagens ao longo da graduação, já que cresci em uma pequena comunidade rural, onde todas as pessoas se conheciam ou eram “parentes” em algum grau, dessa forma, vi e presenciei muitas das situações descritas pelos autores aqui abordados, momentos na comunidade de união entre os vizinhos para o dia de colheita ou de conflitos homéricos por uma demarcação de cerca. Assim, para mim se tornou perceptível a importância de como se dá as relações sociais dentro de uma comunidade rural. Mesmo entendendo que cada comunidade rural tem uma dinâmica própria, as relações parentais, de amizade condicionam muitas situações. Para exemplificar, meu bisavô que foi um pequeno produtor familiar durante sua vida, já dizia que “Os vizinhos são nossa primeira família”. Ademais, esse trabalho de conclusão de curso, teve seu início dentro do período pandêmico, foram imaginadas possibilidades de realização de uma pesquisa de campo, mas se tornaram inviáveis naquele momento.

A metodologia utilizada nessa revisão bibliográfica, consistiu em um primeiro momento, buscar materiais acadêmicos de relevância reconhecida ao assunto, privilegiando o emprego de autores de referência no âmbito acadêmico, Os autores escolhidos para essa análise possuem vasta formação na área dos Estudos de Comunidades Rurais e se encontram presentes também em vários materiais que abordam o tema. Para fins desse estudo, não utilizo referenciais centrais como o “Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Candido, visto que, como anteriormente

mencionado, o objetivo dessa análise não compreende trazer um apanhado dos Estudos de Comunidade clássicos no intuito de se aprofundar neles, mas de introduzir o leitor ao tema e ao histórico brasileiro, para em seguida abordar conceitos e experiências contemporâneas dos Estudos de Comunidade no Brasil.

Há dois recortes temporais na pesquisa, inicialmente retratando o contexto histórico do início e auge dos estudos de comunidade no Brasil, nas décadas de 50 e 60, para isso, busquei materiais de autores relevantes para aquele momento. Ao retratar o contexto contemporâneo em seguida, foram utilizados trabalhos contemporâneos. Dentro dos critérios estipulados, busquei não apenas analisar estudos de comunidade por si só, mas voltados e vinculados as populações rurais. Foi priorizado o uso de materiais acadêmicos em português, especialmente pesquisas que foram desenvolvidas no Brasil, em distintas regiões. Minha ideia consistiu em priorizar certos estudos e livros e abordá-los de forma mais minuciosa.

O primeiro capítulo trará um apanhado histórico, como já mencionado, dos estudos de comunidade no Brasil, quais eram os objetivos dos pesquisadores, quais foram as contribuições, como se desenvolveram e ademais, as críticas que surgiram com esse modelo de pesquisa.

O segundo capítulo irá abordar a definição e conceito contemporâneo de comunidades rurais, além de dar enfoque ao tema das relações parentais e vizinhais inseridas no cotidiano das comunidades rurais.

O terceiro e último capítulo, discutirá os estudos de comunidades rurais atuais, evidenciando as diferenças dos clássicos para os contemporâneos. O intuito consistiu em relatar as observações principais de diferentes pesquisadores em comunidades rurais de diferentes regiões brasileiras. E por final, as considerações que pude conceber ao longo da pesquisa.

2 HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE COMUNIDADE NO BRASIL

É relevante para o início dessa pesquisa, apresentar ao leitor um panorama de como os estudos de comunidade iniciaram e se deram por diante no Brasil. Os estudos de comunidades têm início no Brasil, sobretudo após a vinda de pesquisadores estrangeiros, para formar o corpo docente em instituições de ensino superior, com ênfase para a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada na década de 30.

Os Estudos de Comunidade, que chamaremos de EC, já estavam em voga nos Estados Unidos desde os anos de 1920, desenvolvidos por antropólogos do campo da Antropologia Social. A ideia consistia em estudar a dimensão das transformações sociais e econômicas que vinham se manifestando nos EUA, desde o início do século XX, com grande crescimento populacional em decorrência da urbanização e da industrialização. (OLIVEIRA; MAIO, 2011).

O corpo docente da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), foi formado com nomes como: Emilio Willems, Herbet Baldeis e Donald Pierson, os quais eram sociólogos norte-americanos representantes do que se denominou Escola de Chicago. Ainda tratando da ELSP, foi um dos primeiros locais focado ao estudo das ciências sociais no Brasil, onde se produziu estudos que atribuíram ênfase a população rural.

A Universidade de Chicago foi a pioneira na questão da institucionalização da produção das ciências sociais, com um departamento próprio de sociologia, onde buscou-se articular a teoria com a observação empírica. A perspectiva sociológica era entendida a partir do uso de metodologias como observação direta, uso de depoimentos, histórias de vida. Pierson, como um dos principais pesquisadores “importados” trouxe aos estudos das ciências sociais brasileiras, a visão de que seria na investigação dos fatos sociais, onde estariam possibilidades de intervenção aos problemas da sociedade. (OLIVEIRA; MAIO, 2011).

Nesse âmbito, Marcos Maio e Nemuel Oliveira apresentam no artigo “Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil”, que:

“Foi a dupla chave – a contratação de pesquisadores estrangeiros e a introdução da investigação de campo – que levou a Sociologia e Antropologia a alcançarem, aqui, o estatuto de disciplinas científicas, voltadas tanto para

uma educação que preparasse profissionais para atuação nos setores econômicos, administrativos e políticos, como também para a criação de recursos a partir dos quais se pudessem solucionar os problemas sociais brasileiros.” (OLIVEIRA; MAIO 2011 p. 534)

Os estudos brasileiros sobre comunidade tiveram um aumento significativo durante as décadas de 40 e 50. Muitos foram os estudos publicados conduzidos por sociólogos e antropólogos durante essas duas décadas em específico.

Oracy Nogueira no artigo “Os estudos de comunidades no Brasil” publicado em 1955 na Revista de Antropologia, traz um levantamento das publicações e dos estudos na época em andamento, podemos citar: “Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil” de Emilio Willems, datado de 1947; “Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos” de Lucinda Hermann, datado de 1948; “Cruz das Almas, A Brazilian Village” de Donald Pierson, datado de 1951; “Amazon Town, A Study of Man in the Tropics” de Charles Wagley, datado de 1953; “O homem no vale do São Francisco” de Donald Pierson, datado de 1972. Outros pesquisadores são mencionados ainda que seus estudos estivessem em desenvolvimento naquele momento como: Esdras Borges Costa, Alfonso Ferrari, Heloisa Torres, Bernard J. Siegel. Oracy Nogueira menciona 17 estudos de comunidades naquele momento, “desde a bacia amazônica, ao norte (Estado do Pará), até o Estado de Santa Catarina, ao sul”.

Contudo, OLIVEIRA e MAIO dissertam que essas produções passavam por embates entre diferenças de ideias, defesas e críticas. Irei apontar algumas das questões mencionadas na época.

Alguns autores mencionam a relevância que os estudos de comunidades trouxeram as ciências sociais no Brasil. Oracy Nogueira aponta que os ECs foram um verdadeiro movimento intelectual de pesquisa sociológica no país. Ainda alega que esses estudos são uma forma de desenvolver conhecimento aprofundado e minucioso da realidade nacional. A partir disso, seria possível desenvolver trabalhos adaptados aos problemas reais das comunidades, com técnicos de variadas áreas, mais compreensivos com as realidades e linguagens das populações.

“Os estudos de comunidades oferecerão ao administrador, ao político, ao homem de gabinete, aos habitantes das capitais e das grandes cidades, um quadro realista da vida dos pequenos e rústicos aglomerados do interior e da população rural, mostrando o seu lado dramático e humano, seus problemas e suas dificuldades, suas condições reais e suas aspirações, seus recursos e sua experiência”. (NOGUEIRA, 1955, p. 99)

Ora, se os técnicos poderiam tentar uma imersão maior na cultura e realidade das populações alvos dos projetos de desenvolvimento, outra questão apontada por Willems e trazido por Oliveira e Maio no artigo “Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil”, aborda que sendo necessitado profissionais de diferentes áreas para contribuir na solução de problemas das comunidades interioranas, esses técnicos não poderiam estar desarticulados, trabalhando para resolver somente questões de sua determinada área de atuação. Isso seria um desafio a se pensar frente a projetos de desenvolvimento derivados de estudos de comunidade, para que de fato obtivessem êxito nas propostas.

“Para os médicos, o caboclo é um doente e um sub-alimentado; para o educador, todo “mal” reside no analfabetismo; o agrônomo verifica a inexistência de conhecimentos “racionais” de agricultura; os economistas dão pela falta de crédito, de mercados e meios de comunicação, os moralistas desejam erradicar certos “vícios”, e assim por diante.” (ibidem)

Goldwasser em ““Estudos de comunidade”: teoria e/ou método?” menciona:

“Uma das motivações que mais fortemente têm impulsionado a realização de estudos de comunidade têm sido as expectativas, em geral oficiais, que lhes têm sido dirigidas no sentido de fornecerem elementos para a formulação e implantação de programas de reforma social. Estas expectativas surgem do reconhecimento de que através dos estudos de comunidade pode-se não só obter dados precisos e seguros sobre as condições econômicas e sociais locais que favorecem ou obstaculizam as mudanças projetadas, como ainda atingir o conhecimento das tendências culturais e as disposições humanas para absorver os empreendimentos previstos.” (GOLDWASSER, p. 75)

As críticas aos ECs também se relacionam com o método científico adotado pelos pesquisadores e ao arcabouço teórico, ou justamente a falta desse, que os pudesse embasar. Vale ressaltar, que esses estudos na década de 50, eram recentes no Brasil, alguns tidos como pioneiros, como o estudo sobre a localidade de Cunha de Emilio Willems, o qual coube algumas observações. Nesse estudo, Willems acompanha a comunidade de Cunha, no interior de São Paulo, onde a construção de uma estrada rompe o isolamento geográfico da comunidade. Assim, o autor buscou analisar a perspectiva das tradições locais da comunidade e uma tendência a resistir as inovações e mudanças que vieram a partir do fato.

“Nesse trabalho, Willems trata dos aspectos gerais da comunidade, da sua história, informações demográficas e da mobilidade espacial; da estrutura

social, como a estratificação das classes sociais, as relações vicinais e familiares, e as associações religiosas, políticas e de outros tipos; também da cultura, discorrendo o autor sobre a organização econômica, alimentação, vestuário, habitação e mobiliário, indústrias domésticas, o universo mágico e religioso e as festas anuais.” (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p.237)

É nessa perspectiva, que Caio Prado Jr. tece críticas a esse complexo estudo, com relação a legitimidade do método escolhido por Willems, por não ficar claro como articular todas essas muitas informações, que pudessem resultar “num conjunto coerente e cientificamente sistematizado”. Ou seja, seria necessário identificar de forma evidente a diretriz da pesquisa, para então serem colhidas as informações e selecionadas, de forma que não resultassem em milhares de dados desarticulados entre si.

Oracy Nogueira pensando nesse ponto, elucida uma objeção ao estudo de comunidades, quando menciona que

“Variarão, portanto aos estudos de comunidades com a formação teórica e geral de diferentes pesquisadores. Com efeito, se dois pesquisadores estudarem uma mesma comunidade, no mesmo período, porém independentemente, os resultados provavelmente serão diversos.”(NOGUEIRA, 1955, p.99)

Contudo, o próprio autor responde essa objeção, argumentando que “o pesquisador tendo uma formação sistêmica, já estaria a par do repertório teórico das diferentes ciências sociais e de resultados anteriores”. E estando presente em uma comunidade para estudá-la por um maior período de tempo, o pesquisador encontraria duas ordens de dados de pesquisa, singulares e genéricos. Os singulares referentes a situações de carácter único da comunidade, sendo os genéricos, situações “típicas, permanentes ou recorrentes”, os que de fato interessariam cientificamente para uma análise. Nogueira ressalta também que, os ECs foram importantes contribuidores no estímulo a análises qualitativas em pesquisas.

Nesse mesmo âmbito, Klass Woortmann em “A antropologia brasileira e os estudos da comunidade”, assim como Nogueira, dialoga acerca de algumas insuficiências aos estudos de comunidade. O autor tece críticas ao EC, aqui considerando as pesquisas que foram realizadas nas décadas de 50 e 60, que detalhavam minuciosamente as dinâmicas das práticas sociais de uma comunidade, até beirar a totalidade, a partir de um recorte contestável, por uma visão de comunidade isolada, desconexa do restante da sociedade. Além disso, não se

chegava à identificação de um problema central, havia muito material que levantado, sem de fato compreender onde e para que utilizá-lo. Argumentos que poderiam resultar em indagações como as tecidas por Woortmann, “o estudo de comunidade é um meio ou um fim”, ainda “Trata-se de um método de uma concepção teórica, ou da análise de unidade concreta” (WOORTMANN, 1972, p.105). Woortmann também faz crítica a observação de Nogueira, acerca da característica qualitativa nos estudos de comunidade, pontuando que os procedimentos tanto qualitativos, quanto quantitativos são mutuamente necessários em uma mesma unidade de investigação.

Os estudos de comunidade entram em declínio a partir da década de 70, exemplificado por Chor, através de um levantamento, esse menciona que na década de 50 foram publicados dezoito estudos de comunidade, já na década de 60, há uma considerável diminuição, caindo para quatro estudos, finalizando na década de 70, com apenas dois estudos publicados. Todavia, o EC vem ressurgindo, com abordagens distintas dos realizados nas décadas anteriores, agora com questões centrais definidas que se referem a projetos e políticas públicas desenvolvidas e aplicadas em comunidades rurais, por onde as relações comunitárias permeiam.

3 PERMEANDO PELO CONCEITO DE COMUNIDADE RURAL

Para dar início a essa revisão bibliográfica sobre as comunidades rurais, é preciso em um primeiro momento, compreender a terminologia e elucidar o que ela significa. Para John Commerford, estudioso de antropologia das populações rurais, comunidade rural é um “termo amplamente utilizado no que se refere ao universo rural”. Esse termo aparece com frequência na linguagem de moradores de distintas localidades, aparece na linguagem de organizações que trabalham com as populações do campo, como as organizações religiosas, sindicatos, movimentos sociais. Aparece também em âmbito político, na linguagem dos órgãos governamentais, seja municipal, estadual ou federal. Nas análises acadêmicas é igualmente encontrado.

A terminologia de comunidade rural, pode estar relacionada a uma população que mora em uma determinada localidade e por isso é definida com esse termo “comunidade”, ou ainda que exercem atividades de trabalho, econômicas similares. Contudo, um dos aspectos principais para uma comunidade se considerar de fato uma, se dará a partir das dinâmicas sociais que ali se estabelecem, dinâmicas parentais ou de relação pessoal. John Comerford descreve como termo de comunidades rurais é enxergado, da seguinte forma:

“Em geral, quando se fala em “comunidade rural”, trata-se de indicar um grupo concreto delimitado em termos territoriais (a população de uma localidade, distrito, município) e em termos de sua atividade (pessoas que se ocupam de atividades “rurais”, ligadas à agricultura e a pecuária), mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que se sobressaem a importância do parentesco, a vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso”. (COMERFORD, 2005, p. 112)

Ainda, segundo o pesquisador, para as ciências sociais, uma comunidade é um termo que retrata um grupo de pessoas que possui algumas características em comum, pode ser de diferentes ordens, como territoriais, religiosas, profissionais, étnicas. Barder Sawaia no capítulo “Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade” do livro “Psicologia social comunitária” pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), retrata que o conceito de comunidade ganha maior atenção teórica na área estudada pela autora,

a partir dos anos 1960, quando surge um movimento mais crítico ao papel das ciências na sociedade, onde buscasse se comprometer com a realidade estudada e rompesse a neutralidade científica. A partir disso, nas décadas seguintes 70 e 80, a teoria sobre os conceitos de comunidade se tornaram presente aos estudos das ciências sociais e humanas.

Muitos foram os teóricos que buscaram interpretar as relações comunitárias. Tanto Comerford, como Sawaia, mencionam que aos estudiosos das ciências sociais do final do séc. XIX e do início do séc. XX, as relações do tipo comunitárias são associadas ao passado e ao tradicional, em forma de grupos tribais, populações rurais, onde se há organização por vínculos de proximidade, vizinhais e parentais. Ao passo que, a urbanização juntamente com a modernidade e a industrialização desencadeiam relações indiretas, abstratas e formais, se organizando em grandes unidades sociais como os Estados nacionais.

“Dessa forma, comunidade tornou-se o centro do debate da modernidade nascente. De um lado, condenada como conservadora e antagônica ao progresso. De outro, defendida pelos que tinham horror à modernização, como símbolo de tudo de bom e que o progresso destruiu. Mas, em ambas as perspectivas, comunidade aparece como utopia que remete ao passado, com significado reacionário, cujo protótipo é a família, encontrando sua expressão simbólica na religião, nação, raça, profissão. Sua delimitação pode ser local ou global, pois o que importa é a comunhão de objetivos, a condição de continuação no tempo, o engajamento moral, a coesão e a coerção social. (SAWAIA, 2007 p.38)

Nesse mesmo âmbito, Comerford traz que:

“Nesse contexto intelectual e discursivo, em que têm grande peso as discussões sobre a urbanização, a industrialização, a individualização decorrente da progressiva perda da importância das relações de parentesco e vizinhança, e a desagregação do “passado rural”, a noção de comunidade tem sido central na elaboração das análises e dos estudos sobre o universo rural e suas transformações, ao mesmo tempo em que os estudos de sociedades e culturas camponesas ou agrárias têm sido centrais na reelaboração e reflexão sobre a noção de comunidade. (COMERFORD, 2005, p. 113)

Outro ponto trazido por Comerford é a relação comunitária que se pressupõem existir dentro de uma comunidade, na ideia de que há uma união, uma visão quase utópica de harmonia, sendo que nos estudos de comunidades rurais, seja os mais antigos a partir da década de 70 no Brasil, mas principalmente os mais atuais a datar dos anos 2000, mostram que a realidade não é exatamente dessa forma. Há

dificuldades e conflitos dentro de comunidades, que além de prejudicar a convivência das pessoas pertencentes, dificulta ações de agentes e extensionistas rurais. Essas mesmas questões podem gerar exclusão social entre membros de uma comunidade ou entre comunidades.

Tal situação é exemplificada por Rose Gerber em seu estudo de comunidade “Entre particularidades e diversidades: A experiência de organização de famílias agricultoras de Santa Catarina, Brasil, no Projeto Microbacias 2”, que será mencionado novamente mais a frente nesse trabalho, onde acompanhou famílias agricultoras ao criarem uma Associação de Desenvolvimento de Microbacias, em suas observações junto aos técnicos rurais e durante as reuniões da associação, ficou evidente as situações conflituosas.

“Em muitos casos, se tornava impossível juntar grupos existentes em uma mesma comunidade devido a fortes situações emergentes de conflito, como por exemplo, questões religiosas e raciais. Ou seja, embora o conflito não estivesse abertamente instalado, a situação de conflito era uma constante latente suportada por todos, desde que cada qual ficasse em seu lugar.” (GERBER. p.77, 2012)

Bawass traz uma referência a Freud, em seu texto, onde é relatado o caráter homogeneizador do conceito de comunidade, mas de uma forma negativa, ao considerar “todos os homens iguais em desejos e necessidades.” (SAWAIA. p.43, 2007). O que novamente é exemplificado por Gerber de forma prática em suas observações.

“Assim posto, o exercício de se questionar a microbacia hidrológica como unidade referencial para os trabalhos foi o primeiro a ser feito no sentido de se considerar que as formas organizativas das populações rurais são mais complexas do que as equipes técnicas poderiam, inicialmente, supor por meio de suas pré-definições feitas em reuniões de gabinete. O aprendizado no decorrer da execução do projeto, mostrou que o que é definido de forma harmônica no papel não consegue abarcar a diversidade do que se encontra no campo. O que se encontra nas pequenas localidades surpreende e extrapola, em muito, o previamente suposto. Se nas cidades maiores, “mal conhecemos os vizinhos que temos por muitos anos e que nos faz frequentemente parecer ao habitante de cidade pequena, como frios e sem ânimo” (SIMMEL, 2005), nas microbacias, as pessoas, não só conhecem seus vizinhos, mas tecem redes de sociabilidade que se estendem além de vizinhança.” (GERBER. p. 76, 2012)

Há muitas particularidades em cada comunidade rural. A comunidade é um centro em si, pode possuir sua própria igreja, seu “campinho de futebol”, o salão de baile, locais que são compartilhados pelas pessoas. O ponto é que há identificação e

esse sentimento pode ser motivo de orgulho ou de vergonha, já que certas comunidades rurais, dentro mesmo de seu território carregam estigmas de “menos desenvolvidas”, “empobrecidas”, “de gente preguiçosa”, são consideradas mal vistas ao restante da população rural. Essa questão se torna desafiadora aos agentes e extensionistas na aplicação de políticas e projetos, visto que os mais empobrecidos economicamente se sentem intimidados frente aos mais consolidados, como menciona Gerber e isso pode inferir nos processos dentro de uma comunidade rural.

“[...] ficou evidente a delicada questão de agrupar em uma mesma Associação pessoas de diferentes processos econômicos e sociais. Nesse sentido, nas comunidades rurais de Santa Catarina, há o que os técnicos da área agrônômica, denominam de “agricultores consolidados” em que os primeiros são os “bem sucedidos”, estabelecidos, e os segundos os “empobrecidos”, outsiders.” (GERBER. p. 77, 2012)

Há pontos que podem ser dissertados sobre a forma homogênea, unitária e harmônica que se imagina ao pensar em uma comunidade rural, para repensar e ampliar o conceito. Primeiro se trata do recorte territorial e administrativo. Uma população que reside em um determinado espaço geográfico, delimitado por um município por exemplo, poderá não se considerar parte de uma comunidade. O antropólogo F.G.Bailey, que estudou comunidades rurais na Inglaterra, expõem a ideia de comunidade moral em relação a proximidade geográfica. A comunidade moral, significará que há valores morais compartilhados entre as pessoas, através de códigos comunicativos e circulação de informação, a fofoca. Dessa forma, uma comunidade moral pode não estar próxima geograficamente, assim como a proximidade geográfica não é suficiente para indicar que há uma comunidade moral ali estabelecida. (COMERFORD, 2005)

Outro ponto a ser levantado, é pensar que nas comunidades rurais, mesmo as mais tradicionais, há também princípios de organização, relações abstratas e formais, que são associados ou atribuídos ao universo urbano, moderno, rompendo com a ideia do isolamento do rural. As transações econômicas, a política partidária, os códigos escritos são reelaborados e incorporados dentro das relações comunitárias de uma comunidade.

3.1 As relações de parentesco no campo, sangue e descendência

Após toda essa elucidação até aqui, é visto a importância que há nas relações sociais, de parentesco e proximidade quando se trata de comunidades rurais. Para elucidar com maior clareza o tema, Ellen Woortmann em sua tese que se converteu em livro, de nome “Herdeiros, Parentes e Compadres, Colonos do Sul e Sitiantes do Norte”, desenvolve uma pesquisa de campo a partir da discussão sobre relações parentais em regiões rurais. São escolhidas de forma proposital para a pesquisa, regiões com fortes diferenças históricas, culturais e geográficas, sendo uma delas os sitiantes em Sergipe no Nordeste e outra os colonos no Rio Grande do Sul, para que assim pudesse haver o caráter comparativo entre as duas, onde se verá expressadas divergências, mas também semelhanças.

Ellen Woortmann concentrou sua pesquisa de campo sobre as relações parentais dos colonos do sul, na cidade de Dois Irmãos no Rio Grande do Sul. A autora traz um apanhado histórico sobre o período das migrações, principalmente alemãs e italianas na região, apresentar tal contexto se faz necessário para compreender como se deu as dinâmicas sociais nessas comunidades rurais e como elas se refletem até hoje. Na metade do século XIX, o poder público formou uma parceria com o privado, no incentivo ao trabalho das empresas colonizadoras, com interesse na abertura de colônias, em locais que foram apropriados por essas empresas, através da expulsão e extermínios dos povos indígenas que ali residiam, a intenção era que o Estado obtivesse controle efetivo nessas áreas.

Foram criadas condições muito atrativas inicialmente para europeus que quisessem integrar as colônias, como concessões de terras e pagamento das viagens. Contudo, mais tarde com a Lei de Terras, se proíbe o acesso gratuito as terras devolutas, os lotes de terra passam a serem comercializados e “os colonos passam a receber crédito, a ser pago com sua produção, sob pena da reversão das terras à empresa colonizadora.” Assim se institui a dívida colonial, os colonos geram lucro ao capital imobiliário. O incentivo a imigração era para que viessem famílias emigrantes, não apenas indivíduos sozinhos, assim essas famílias poderiam se tornar produtoras de alimentos aos centros urbanos. As famílias que vieram buscavam formar colônias com seus parentes ou próximas de outras famílias que já conheciam. De acordo com Woortmann, além das colônias criadas pelas empresas colonizadoras junto ao poder

público, associações ligadas a igreja católica também foram responsáveis para o desenvolvimento das colônias, as igrejas luteranas e evangélicas também fizeram o mesmo.

Com o passar do tempo, as áreas foram sendo preenchidas e valorizadas, os filhos e agregados precisaram migrar para outros locais ou integrar novas colônias, se espalhando por outras regiões entre Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Rondônia, por exemplo. A migração interna dos colonos era uma solução para os impasses da reprodução camponesa, não se relacionava com a existência de guerras, imposições governamentais ou perseguição religiosa, mas pelo próprio sistema dos camponeses para organização familiar. Se relacionava principalmente a questão do padrão de herança, que faz parte do sistema de parentesco, haviam herdeiros demais, ou não haveria indissolução da terra, ou seria repartida em pedaços pequenos que não seriam suficientes para produzir, ambos resultariam em migração. “Alguns devem sair para que a propriedade e a família que lhe corresponde possam permanecer”(WOORTMANN,1995, p.127), comentário que foi discorrido por um entrevistado na região.

No capítulo “Árvore, Sangue, Casa e *Keim*”, a autora traz categorias simbólicas que permeiam as relações em uma família de colonos e como reflete nas relações sociais com a colônia. Dessa forma:

“A cultura dos colonos concebe a família em diversos sentidos: como um grupo doméstico, como uma unidade constituída pelo casamento e pelos filhos dele decorrentes, como um equivalente à noção de colônia e no sentido mais amplo, de uma descendência”. (WOORTMANN, 1995, p. 132)

A família visualizada a partir de uma árvore, é uma simbologia praticada oralmente entre os colonos no dia a dia de suas vivências. A árvore é pensada possuindo raízes, tronco, ramos e frutos, entretanto, o tronco é tido como a parte principal, e se remete a um viés patriarcal. É sempre retratada tendo princípio nos imigrantes que chegaram ao Brasil, esses são as raízes da árvore, que só irá se desenvolver a partir deles. Woortmann descreve como uma “amnésia” referente ao período anterior a imigração, representa que os familiares anteriores a chegada ao Brasil, não contam mais nas histórias da linhagem da família. O membro mais antigo que imigrou, é tido como um “herói civilizatório”, que teria enfrentado a natureza hostil e as dificuldades na adaptação a nova terra.

A partir das raízes, se formam distintos troncos, significando as distintas famílias que vão se formando desde indivíduo inicial em comum, além disso, toda vez que um filho homem casar e sair da morada da família, estará ele formando um novo tronco familiar. Há o que os colonos consideram como troncos fortes e como troncos fracos. A autora traz um exemplo através de um agricultor entrevistado, que menciona que é parente dos Muller (sobrenome) de Estrela (cidade), mas eles são do tronco forte, pois herdaram terras e ele é do tronco fraco, aquele que ficou na cidade de Dois Irmãos.

Essa simbologia de tronco é fundamental para entender o “*Keim*”. O *Keim* vai representar o que seria a seiva da árvore, a essência da família, não é de caráter individual, mas do grupo inteiro. Pode ser visto pelos demais moradores de uma localidade com um enfoque positivo ou negativo sobre alguém.

“A árvore possui como que uma seiva, transmitida de geração a geração, da raiz aos ramos mais novos. É desta seiva que resulta o *Keim* de alguém, herdado de seus antepassados. Ele pode ser interpretado como um princípio vital, através do qual se transmitem as características e potencialidades das gerações anteriores. Esse *Keim* define várias condições do parentesco.” (WOORTMANN, 1995, p. 138)

Portanto, em localidades onde se encontra essa forma de colonização, a pergunta “de quem você é filho?” tem grande valor sobre quem você será, em relação a imagem que a pessoa que pergunta formará de você, podendo passar confiança e credibilidade ou mesmo o contrário.

“O *Keim* de uma pessoa é transmitido hereditariamente. Diz-se que está oculto no sangue: *Es steck im Blut*, podendo implicar tanto características físicas, como morais. Equivale a uma espécie de carga genética – localizando-se, assim, no plano da natureza – mas que inclui atributos morais e que opera na constituição de relações sociais, inclusive como critério norteador de escolhas matrimoniais.” (WOORTMANN, 1995, p. 139)

Logo, o *Keim* é um princípio que organiza a árvore familiar e que tem o poder de ditar as relações, funcionando como um tipo de classificador social. Pessoas consideradas de *Keim* ruim, podem ser afastadas do convívio com as demais, mesmo que individualmente não tomaram nenhuma atitude considerada “suspeita” pelas outras famílias da colônia. “A noção de *Keim*, portanto, remete ao indivíduo a totalidade do seu tronco”. (WOORTMANN, 1995, p.139)

Em razão disso, matrimônios com pessoas não conhecidas, pode não ser visto com bons olhos, afinal não haveria como saber o *Keim* da pessoa e sendo transmitido hereditariamente, ramos da árvore familiar poderiam ser comprometidos por uma linhagem de *Keim* ruim. O *Keim* bom corresponde a atributos que se espera de uma pessoa, pelos parâmetros da sociedade camponesa, pode significar características distintas tanto para homens, quanto para mulheres. Não apenas em características morais, mas até a saúde, por exemplo, problemas cardíacos percebidos em vários membros da família, pode contar como um aspecto negativo a um *Keim*.

Já, a dimensão do que é considerado “sangue”, não é o mesmo de *Keim*, o *Keim* está presente no sangue, também não se assimila ao que representa no Nordeste, onde uma pessoa de boa índole, seja referida como “sangue bom”. Aqui sangue tem sentido de alguém possui sangue quente ou sangue frio, com diferentes significados a homens e mulheres e que implica em julgamento moral. Diante disso, homem de “sangue quente”, possui como característica ser estressado, “brigão”. Mulheres de “sangue quente”, são entendidas como libidinosas, sendo assim, mal vistas pela comunidade e até como motivo de vergonha para a família ao qual pertence.

Sangue também se relaciona com famílias que são parentes, assim podendo existir um sentimento maior de solidariedade entre elas. Ainda, “o sangue não tem a mesma conotação de honra, como em outras partes do Brasil” (WOORTMANN, 1995, p.154). Há inimizades e brigas entre parentes e pessoas de mesmo tronco familiar. Essa situação pode ser exemplificada nesse trecho de um morador da colônia:

“O fato de a sociedade de São Leopoldo basear-se nos laços do parentesco, solidariedade e auxílio mútuo não quer dizer que fosse pacífica, desprovida de conflitos internos. Ao contrário: poucas vezes se viu uma comunidade tão briguenta quanto aquela. Os colonos discutiam por absolutamente tudo... A grande coesão familiar foi muitas vezes responsável pelas disputas interfamiliares, que podiam se prolongar por anos a fio: bastava um membro da família Muller indispor-se seriamente com, por exemplo, um Harff, para que todos os Muller e todos os Harff se considerassem mortalmente ofendidos e votassem o mais total desprezo uns aos outros.” (WOORTMANN, 1995, p. 154)

Woortmann continua sua pesquisa sobre os colonos do sul, apontando como *Keim* e o sangue são determinantes para os matrimônios em uma comunidade. Contudo, esse assunto não será aprofundado nesse trabalho, apesar de ser bastante interessante.

Adentrando ao caso dos sitiantes do Nordeste, a autora inicialmente menciona, que há grande diferença no contexto histórico perante a posse sobre a terra, em relação aos colonos do sul. No Sul, os imigrantes alemães já chegavam ao Brasil como proprietários legais de um pedaço de terra, e assim permanecia por gerações seguintes, ao passo que, os sitiantes do Nordeste eram subordinados a propriedades pecuaristas, não eram proprietários de terras. A pesquisa de campo ocorreu no estado de Sergipe, nas cidades de Ribeirópolis e Itabi, a última sendo parte da região do sertão do São Francisco.

Há toda uma descrição histórica longa, que perpassa por diferentes séculos, sobre o contexto da região, envolvendo interesses da Província na exportação de alimentos a outros locais, no período das capitanias com os engenhos de açúcar, chegando posteriormente a conflitos com pecuaristas por posse de terras, o que explica o formato de organização social encontrado na região, que diferentemente das colônias, é representado por sítios, podendo esses até dias atuais, não possuir titulação, como relata a autora, onde a partilha da terra se faz entre filhos enquanto o familiar mais antigo é vivo, mas sem de fato dividir a terra. (WOORTMANN, 1995)

“Encontrei muitos sítios ocupados por um conjunto de irmãos sem qualquer divisão formal e com uso comum de terras e instalações. Em alguns casos, bairros rurais são constituídos por uma parentela endogâmica composta por descendentes dos “fundadores”, e os sítios que os compõem correspondem a famílias extensas patrilocais, isto é, ao conjunto composto pela família nuclear do pai e de cada filho casado. A cada família nuclear corresponde uma casa e uma roça dentro do sítio, enquanto o mato e o pasto são explorados em comum [...].” (WOORTMANN, 1995, p. 123)

Assim como ocorre com os colonos do Sul, a história da família inicia pela lembrança na imagem do fundador. O que acontece anterior a chegada dessa pessoa na região é apagado. O fundador não está ligado a fundação de um sítio em específico, mas na existência de povoados que são interligados pelo parentesco, chegando a essa pessoa em comum em suas linhagens. Da mesma forma que as famílias contam a jornada heróica do imigrante que atravessou o oceano, aqui também se conta que o fundador precisou atravessar o fogo em uma longa jornada, o fogo representa a seca, para chegar a um local de maior abundância. E assim então, é como se a chegada do fundador fosse dar início a sociedade, no que anteriormente pela visão dos sitiantes, não havia nada, ademais, é a partir desse ponto que se iniciam os laços de parentesco.

“Essa rede de parentesco joga um papel de um esquema organizador, não apenas no seio do discurso desses camponeses, mas também em sua prática. Os discursos sobre a genealogia, tal como a reconstrução genealógica tem sempre um ponto de referência sobre a linha ascendente, o ancestral como: o velho Vitorino. Essas reconstruções inscrevem as unidades familiares na história do grupo, donde resulta que as relações de parentesco vividas ou pensadas têm sempre uma conotação temporal. Esse tempo genealógico é estruturante da continuidade do grupo.” (WOORTMANN, 1995, p. 247)

A palavra sítio pode vir atribuída a diferentes significados, um dos mais relevantes nessa discussão das relações parentais nas comunidades, traz que o sítio é entendido como um bairro rural, mas especificamente como um território de parentesco (WOORTMANN, 1995). Lagoa da Mata, foi um dos sítios visitados durante a pesquisa, com as falas dos moradores, pode-se perceber como é dada importância ao “sangue” e a descendência. Uma senhora menciona que todas as pessoas que lá residiam, possuíam “sangue de Manoel Barreto”, presumindo que todos se consideram parentes, a figura de Manoel de Barros é considerada a ligação entre as pessoas, o fundador. Dessa noção de parentesco, deriva a categoria bastante utilizada por eles, que se refere a “primos”. Logo, de acordo com Woortmann “Primo é uma pessoa que, além da relação de consanguinidade, e da descendência com relação ao fundador, também mora em Lagoa da Mata e, assim, possui direitos sobre os recursos do Sítio, como a terra e água”.

Entretanto, mesmo havendo parentesco, para poder ter direito a usufruir recursos do sítio, é preciso “ser do lugar” e “morar no lugar”. A autora menciona que apenas conheceu uma pessoa em sua visita de campo, que não fosse familiar direto do fundador, casado com uma mulher que faz parte da família de forma consanguínea, mas mesmo essa pessoa tendo vivido mais de 60 anos no local, ele não é considerado pela visão dos outros familiares, como parte, apesar de ser querido pelas pessoas. Pode se entender essa visão, a partir desse trecho: “Numa primeira aproximação, portanto, a comunidade se define a partir de critérios, não só de parentesco, mas também de descendência. Como se verá, o parentesco é a linguagem que define os direitos”. (WOORTMANN, 1995, p. 153)

Outro aspecto relevante, é o de que além de “ser do lugar” e “morar no lugar”, para ter direitos se faz necessário “trabalhar no lugar”, já que o sítio também implica o sentido de organizar um espaço para o trabalho, tornando possível a produção rural. Apesar de que, para trabalhar no sítio, precisa “ser do lugar”, pessoas consideradas

“estranhas” não são vistas a bons olhos, gerando desconfiança aos familiares do sítio. Ainda, como se trata de um território de parentesco, ninguém recebe salário por trabalhar, as pessoas fazem trocas entre si.

Outro sítio analisado trazia uma dinâmica bastante similar ao Lagoa da Mata, no sentido da existência da endogamia para a continuidade do grupo. Mas na relação das pessoas consideradas “de dentro” ou “de fora”. Nessa forma de organização social, os parentes são reconhecidos como os membros da comunidade. Sendo eles, os descendentes dos fundadores, e também os agregados, mesmo que sejam essas pessoas que não nasceram na comunidade, mas que estabeleceram alianças matrimônias com os descendentes. Contudo, apesar de serem considerados parentes, são vistos como sendo “de fora”.

“Esta pessoa é, pois um parente não-parente, ou melhor, um parente incorporado, pelo fato de que incorpora o papel de estar parente e não de ser parente, e por isso mesmo carrega por toda sua existência o estigma de ser “de fora”, mesmo depois de contrair matrimônio com uma pessoa “de dentro”. (WOORTMANN, 1995, p. 253)

Sendo assim, é mencionado que se prefere que os casamentos sejam entre pessoas “de dentro”, aqueles que descendem dos ancestrais fundadores, já que não se conheceria a índole dos “de fora”, podendo representar um risco a comunidade, o que lembra bastante a dinâmica de *Keim* dos colonos do Sul. Outra questão relevante a ser mencionada, é que há implicações distintas entre ser cônjuge considerado “de fora”, sendo um homem ou uma mulher.

“... é possível elaborar três premissas sobre o sistema de descendência desta comunidade:

- 1) Todos os filhos e filhas de homens “de fora” casados com mulheres “de dentro” [...] pertencem à categoria de indivíduos “de fora” ou, metaforicamente, não pertencem a comunidade;
- 2) Todos os filhos e filhas de mulheres “de fora” casadas com homens “de dentro” pertencem à comunidade;
- 3) Todos os filhos e filhas de pais “de dentro” pertencem à comunidade.” (WOORTMANN, 1995, p. 254)

Ser uma mulher “de fora”, não visto de forma tão negativa, como ser um homem “de fora”. Visto que é o homem que possui o controle sobre a terra, o homem “de dentro” terá um acesso diferenciado a terra. O que é encarado como as melhores

terras, chamadas por eles de “terras de brejo”, pois possuem um solo mais úmido, são limitadas apenas ao uso das pessoas consideradas “de dentro”. Portanto, se um braço familiar se origina de um homem “de fora”, mesmo que com uma mulher “de dentro”, a eles será disponibilizada a “terra de chuva”, com um solo mais árido e pouca vegetação.

O assunto das relações sociais e parentais em uma comunidade, é bastante amplo, outras pesquisas poderiam ser mencionadas como “Como uma família” de John Comerford, que também aborda o tema. A tese de doutorado de Ellen Woortmann é relevante e amplamente citada no âmbito acadêmico, já que a autora pode realizar uma imersão dentro de duas comunidades rurais, em situações muito distintas e próprias em regiões longínquas entre si, assim é possível perceber as “miudezas” nas relações pessoais e parentais que existem em territórios rurais, especialmente nas comunidades rurais, formadas por camponeses ou agricultores familiares. Permite ao leitor visualizar com detalhes como as relações de personalidade se constituem nesse locais, como um exemplo do que ocorre em tantas outras pelo Brasil, onde a memória, a identificação, o sangue, a descendência, a família têm grande valor. Nesse próximo capítulo, vou discorrer acerca das ECs, após a fase de decadência do assunto e o retorno das pesquisas recentemente, onde as relações comunitárias e pessoais que abordamos largamente aqui, se entrelaçam no decorrer da execução de programas e políticas públicas.

4 ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL CONTEMPORÂNEOS

Apesar dos estudos de comunidades terem entrado em decadência após a década de 70. O conceito de comunidade ainda é vivo no meio rural. Nesse trecho, irei apresentar como os estudos de comunidade vem sendo desenvolvidos, articulados recentemente após os anos 2000.

Utilizando como uma bibliografia central o livro “Comunidades Rurais organização, associações e lideranças”, que consiste em uma coletânea com textos de pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil, publicado pela editora da Universidade Federal do Amazonas em 2012. A escolha desse material para formar o arcabouço teórico do estudo, se deu em virtude de que os textos contidos no livro são contemporâneos e apresentam os Estudos de Comunidade em variadas regiões brasileira, pela perspectiva de diferentes pesquisadores, possibilitando visualizar um contraponto aos EC clássicos.

É possível perceber características que são distintas aos ECs de décadas anteriores (50,60,70). Nos estudos mais modernos, a forma de escolher a comunidade rural que será alvo de pesquisa, não necessariamente se relaciona ao seu isolamento geográfico e cultural com os espaços urbanos “modernos”, mas a partir dos textos contidos no livro, a escolha tende a basear-se em comunidades rurais que tiveram contato ou integraram projetos voltados ao desenvolvimento local, em diferentes contextos rurais brasileiros. Alguns exemplos são o Programa Bolsa Floresta com comunidades do Amazonas, ou projetos de Desenvolvimento Rural no Rio de Janeiro, estruturado com comunidades fluminenses, assim como projetos de microbacias com comunidades de Santa Catarina.

Nesses trabalhos citados, é procurado evidenciar como as comunidades rurais e associações comunitárias se relacionam com políticas, programas e projetos do Estado, visto que essas populações possuem particularidades e formas distintas nas relações que desenvolvem entre si e também nas relações com agentes mediadores locais.

O tema das relações comunitárias, os laços com vizinhos, agentes públicos, extensionistas rurais é bastante presente nas observações dos pesquisadores, visto que é apontado como fator que pode interferir tanto para o sucesso, como para o fracasso ou ainda para a resistência da população em aderir a algum projeto.

4.1 Alguns estudos analisados

O tem das relações comunitárias é abordado por Caroline Braga no trecho do texto “Comunidades Rurais Fluminenses e Programas de Desenvolvimentos criando conselhos, comitês e fóruns... “pra que tanto?””, onde aponta que:

“A relação das secretarias municipais de agricultura com as associações rurais de seus municípios, conforma, o que poderíamos chamar, a partir do próprio senso comum das políticas públicas, de uma relação entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada. No entanto, esta relação entre a sociedade civil e o poder público municipal não está necessariamente pautada nos mesmos pilares de algumas teorias democráticas. No caso de municípios de pequeno porte, e, sobretudo, que tenham suas dinâmicas econômicas e sociais voltadas principalmente para o meio rural, essa relação é vista como pautada em princípios de relações sociais que se dão a partir de personalidades, afinidades, parentescos e favores.” (BRAGA. p. 56, 2012).

Caroline Braga narra a pesquisa que culminou no artigo mencionado, onde acompanhou reuniões promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em associações rurais do município interiorano do Rio de Janeiro, chamado Porciúncula, durante dois anos, entre 2005 a 2007. A autora determina que essas reuniões eram nomeadas de “oficinas territoriais”, onde também eram utilizados documentos e manuais técnicos do “Projeto de Desenvolvimento Rural e Sustentável em Microbacias Hidrográficas”, através da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, que atendia 59 municípios no Rio de Janeiro.

O objetivo do estudo foi acompanhar os espaços criados para o entrosamento entre a sociedade civil, e como a noção de desenvolvimento se aplica nesses locais, pensando nas visões diferentes que dos atores que compõem esses espaços.

A autora aponta distintas perspectivas através de suas observações ao estudar essas comunidades de Porciúncula, no entanto enfatiza em diferentes momentos do texto, que mesmo sendo estimulados pelos agentes, a existência de múltiplos espaços de deliberação e discussão para a implantação de programas e projetos de desenvolvimento, há divergências profundas entre a sociedade civil e o poder público sobre o funcionamento desses espaços.

As divergências iniciam já no momento em que, as comunidades são recortadas por critérios político- administrativos do Estado e dos programas e projetos de desenvolvimento, em territórios e microbacias. Uma vez que, as identidades das comunidades rurais não se estabelecem dessa maneira, mas através de espaços

socialmente construídos e de suas atividades produtivas (BRAGA, 2012).

“Ao observamos a dinâmica existente em alguns conselhos em que haja representantes de poder público de distintos níveis (municipal, estadual e federal) e um certo modelo de relações sociais locais (sociedade civil e poder público) podem ser relativizadas. As concepções teóricas de sociedade civil e de poder público nem sempre correspondem às práticas efetivas dos grupos aos quais tais teorias se referem (HANN, 1996, p. 3). O ponto aqui é esclarecer de antemão que as categorias existentes nos projetos de desenvolvimento nem sempre possuem o mesmo sentido e significado para os seus beneficiários. Para um (a) agricultor (a) familiar promover o desenvolvimento pode não ter o mesmo peso que manter a segurança da manutenção de laços pessoais e políticos locais.” (BRAGA, 2012, p. 53)

Ainda pensando nessa temática, Rose Gerber no artigo “Entre particularidades e diversidades: A experiência de organização de famílias agriculturas de Santa Catarina, Brasil, no Projeto Microbacias 2”, discorre acerca da sua experiência, juntamente da equipe técnica, acompanhando uma comunidade rural durante a participação em um projeto de desenvolvimento, tendo a pesquisadora frequentado reuniões, observado e ouvido os agricultores participantes.

O Projeto Microbacias 2, foi uma iniciativa da Secretaria do Estado da Agricultura e Política Rural, ocorreu durante os anos de 2002 a 2009, visava o desenvolvimento rural sustentável, voltado aos pequenos agricultores familiares e as populações indígenas. É válido mencionar, que a pesquisadora aponta que o projeto incluía a participação dos atores sociais nas tomadas de decisões, sendo assim, havia o incentivo na criação de Associações de Desenvolvimento de Microbacias. Sendo essa organização determinante para definir as ações seguintes, de forma a considerar a percepção dos locais, para poder construir uma mobilização comunitária por objetivos em comum. Essa participação dos atores sociais se torna indispensável, quando percebido que “As ideias que chegam de fora, propostas por técnicos, por mais bem intencionadas que sejam, não são sentidos como próprios, internos, da comunidade”. (GERBER, 2012, p.78)

Contudo, o projeto de desenvolvimento das microbacias, trazia uma noção de comunidade simplória, visto o que é encontrado na realidade do campo. Inicialmente, considerava “um grupo de pessoas situados em espaço geográfico reconhecido pela divisão político-administrativa do município”, como uma comunidade e assim conduziam a aplicação do projeto. Mas, a experiência ao longo de seis anos das atividades no local e com a população, propiciou um aprendizado importante para com as pessoas envolvidas, de que aspectos geográficos e nesse contexto, aspectos até

hidrológicos, não são suficientes para determinar uma comunidade de fato. A pesquisadora traz que “torna-se imprescindível considerar aspectos que fogem a esta definição física e politicamente definida, e considerar outros como amosidades, afinidades, compadrios, disputas, situações de conflito, entre outro”. (GERBER, 2012 p.67)

Em pequenas cidades, com fortes características interioranas, especificamente em comunidades rurais, as relações interpessoais são significativas. Saber de que família se é membro ou em qual localidade se reside, corresponde a quem possa ser um indivíduo, sua imagem carregará um estigma, associados a esses fatores descritos, que tanto poderá contribuir para simpatia e confiança, quanto para suspeitas e exclusão.

Essas questões que a primeiro momento podem parecer banais, se tornam relevantes, na medida em que Gerber critica a homogeneidade territorial que ocorre nesses espaços, pela visão dos técnicos e dos agentes de “gabinete”, sugerindo que as dinâmicas existentes em uma comunidade rural são pouco mensuradas pelos projetos e vão além do previamente suposto, “a forma harmônica no papel, não consegue abarcar a diversidade do que se encontra no campo”. (GERBER, 2012) Trazendo sua experiência no Projeto de Microbacias, a autora menciona:

“Há que se salientar também que no decorrer da experiência vivenciada por técnicos e comunidades rurais ficou evidente a necessidade de trabalhar com os processos de conflitos, divergências, preconceitos e interesses que emergem a partir das particularidades e da diversidade das quais se incluem as distintas relações sociais.” (GERBER, 2012, p.77)

O tema comunidade é apresentado de forma distinta na pesquisa “Programa Bolsa Floresta: Comunidades Rurais em Unidade de Conservação Ambiental do Amazonas” de Raquel Wiggers. Aqui, a pauta surge na medida em que, se estabelece a necessidade de desenvolver políticas de incentivo a preservação ambiental da floresta amazônica. Famílias que residiam dentro de territórios que foram demarcados como reservas ambientais, precisaram adequar as atividades extrativistas e agrícolas com os modos de produção tradicional, regulamentadas por legislação ambiental e sujeitos a fiscalização, em troca puderam permanecer dentro da reserva demarcada.

Nesse contexto, o Bolsa Floresta, um programa do Estado do Amazonas, previa um auxílio financeiro a famílias de ribeirinhos e extrativistas, para que não aumentassem o roçado ou utilizassem de alguma atividade que produzisse fumaça,

essa iniciativa também é conhecida como pagamento por serviço ambiental. As famílias precisaram se organizar em associações comunitárias, que eram definidas por critério de parentesco, limites geográficos e por produção em comum. Já que além do pagamento individual, se a comunidade seguisse os critérios do projeto, receberiam também uma bonificação depois de um ano, para contribuir nas melhorias da associação. Além disso, seria a própria comunidade responsável por fiscalizar e denunciar as famílias que não estariam seguindo o acordado previamente.

“Nas palavras do coordenador do programa, é necessário haver uma comunidade, uma vez que nenhuma família recebe o benefício se não viver em uma comunidade atendida pelo programa Bolsa Floresta. Nos folhetos explicativos e sites do programa Bolsa Floresta o termo comunidade é uma unidade política, que de preferência deve se organizar também em uma unidade produtiva, na medida em que um dos objetivos do Programa é incentivar o desenvolvimento sustentável da comunidade. O desenvolvimento sustentável compreendido pela FAZ é necessariamente um desenvolvimento comunitário.” (WIGGER, 2012, p. 37)

Contudo, assim como nas demais pesquisas levantadas, enxergar essas comunidades com homogeneidade territorial é um erro, já que se tratam de espaços multidiversos, com um contexto organizacional próprio anterior ao projeto, que deve ser considerado. Geber aponta que a partir de uma linguagem dos agricultores “fazer pacotes, como se houvesse uma homogeneidade territorial é mais fácil do que preconizar e considerar que os espaços são extremamente distintos, complexos e heterogêneos”. Igualmente exemplificado no trecho:

“Idealmente, no âmbito da proposição do programa Bolsa Floresta não haveria questionamentos e nem dificuldade na definição do que seja comunidade, bem como de seu representante legítimo. No entanto na prática essa unidade não se mostra assim tão definida que possa sempre seguir critérios objetivos pré-determinados, fazendo-se necessário uma certa maleabilidade para adequar caso a caso às demandas do programa.” (WIGGER, 2012, p. 36)

É relevante mencionar que o termo comunidade é recente a ser utilizado pelos povos amazônicos, tendo sido introduzido pela igreja católica em meados da década de 80, anteriormente vigorando termos como “colocação, aldeias ou postos”. Ainda segundo referências de Wigger, foi a partir dessas populações se juntarem a missionários de movimentos eclesiais, para utilizar recursos em comum como escolas e unidades de saúde, que o termo comunidade é adotado, com significados referentes a agrupamento populacional com relação a mobilização política.

Em outros estudos de comunidades, o tema da religião, mais especificamente do catolicismo, também é presente, como no estudo “Comunidade, associação e meio ambiente: relações que se complementam, nos grupos rurais do morro do macaco”. O morro do macaco é uma região rural do município de Itaporá em Goiás. Nessa localidade foi criada a Associação dos produtores da comunidade de Itaquari, que integra membros de várias comunidades e é fundamentada por preceitos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Segundo referências dos autores, os preceitos de CEBs se consideram como:

“São *comunidade* que reúnem pessoas de uma mesma fé, mesma igreja e moram numa mesma região, vivendo uma comum-união em torno de problemas de moradia, alimentação, saúde, etc, lutando por melhores condições de vida e partilham anseios e esperanças comuns. São *eclesiais*, porque são congregadas à Igreja como núcleos básicos de fé. São de *base* porque integradas por pessoas que trabalham pelas próprias mãos. Camadas populares compreendidas como donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens, etc. na zona rural são pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares.” (RODRIGUES; MELO, 2012, p. 261)

Nesse espaço social, o ideal de comunidade se relaciona intimamente com a religião. Os agricultores que integram a organização comunitária possuem a fé em comum como forma de união. Nos encontros organizados pela associação, há vigílias, cultos, grupos de oração e outras formas de expressão religiosa. Contudo, é também por meio desses espaços, que são promovidos cursos aos associados, como de defumação, de produção de lácteos, de manejo de cultivos, para contribuir na renda das famílias. Há a utilização de maquinário, como tratores em conjunto para todas as famílias produtoras. Ocorre também a compra mensal coletiva de carne bovina, que é abatida e dividido entre os membros associados. Além de mutirões realizados pelos associados para auxiliar na colheita e nos plantios das terras.

Dentro da temática religiosa se apresenta também o estudo “Santa Luzia do Boia (AM): vida comunitária em consagração”. Aqui há uma investigação na Reserva Extrativista Catuá- Ipixuma, que deu início através do Projeto de Pesquisa “Situação socioeconômica: diagnóstico dos tipos de assentamento, demografia e atividades econômicas”, apoiado pelo Provárzea, uma iniciativa do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

As pesquisadoras Neves e Garcia, percorreram comunidades ribeirinhas no ano de 2002, dos municípios de Alvarães, Tefé e Coari no estado do Amazonas. Em um encontro com lideranças de associações comunitárias da região, houve o convite

para que visitassem a comunidade de Santa Luzia do Boía (refere-se comunidade no sentido de localidade), para que pudessem acompanhar o trabalho que a associação de moradores estava realizando.

A motivação daquela associação de ribeirinhos, se findava em construir um trabalho político, para receber apoio de ações estatais, que propiciassem serviços públicos as comunidades e proteção contra a invasão de barcos pesqueiros à região. A principal petição dos moradores, constituía em conseguir o reconhecimento da grande área como Reserva Extrativista.

As autoras mencionam que, após o encontro com a comunidade de Santa Luzia do Boía, não voltaram a visitar a região, apesar disso, posteriormente, tomaram conhecimento que a área havia sido decretada como Reserva Extrativista no ano de 2003. Essa forma de territorialização, fora reivindicada pela população, justamente para garantir melhorias na qualidade de vida da comunidade, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, proteger a cultura da população e incentivar a coletividade, demandas que se projetam como dever do Poder Público, a partir da demarcação.

Com base no contexto apresentado do objeto de estudo, definem as autoras:

“Como o sistema de representações que atribui relativos e contextuais significados à ideia de comunidade está intimamente associado aqueles de presença, de pertencimento, de proximidade, de territorialidade (em alguns casos obrigatória), a socialidade que propiciou a luta pela aprovação do decreto se fundamentou na existência positiva e efetiva de ligações, objeto de estudo por nós privilegiado.” (NEVES; GARCIA, 2012, p. 301).

Historicamente, as formações das unidades residenciais da região (posteriormente denominadas comunidades) na bacia do rio Solimões, são atribuídas a uma visão difundida entre os ribeirinhos, onde há uma família fundadora, sobretudo a imagem de um chefe de família, que agregava outros indivíduos com vínculos parentais ou considerados “bons vizinhos”, os fixava em terras próximas. As terras dependiam de concessões da figura do “patrão”, dos seringais ou dos castanhais, o que em muitos casos se transformou em luta dos ribeirinhos para reafirmar a posse das terras. O chefe de família da localidade, também se incumbia de escolher um patrono espiritual para ser celebrado através de festejos e adoração, assim como no local que as pesquisadoras visitaram, onde a escolhida foi a imagem de uma padroeira católica, Santa Luzia.

O conceito de comunidade, assim como aponta Wigger no já mencionado

“Programa Bolsa Floresta: Comunidades Rurais em Unidade de Conservação Ambiental do Amazonas”, é considerado recente, trazido pelos missionários da igreja católica que chegaram à região da Bacia do Solimões, com interesse na adesão dos ribeirinhos para com as práticas religiosas. Dessa forma, regras e princípios religiosos de organização comunitárias são colocados por membros do clero, como modelo de organização social.

No município de Tefé é instalado a sede da Congregação do Divino Espírito Santo, alicerçado nisso, são criados seminários e escolas para meninos e meninas. Havia então, um projeto educativo, que possibilitava o ensino aos jovens locais, mas também se desenvolvia a obra catequética pelos agentes eclesiais nesses espaços.

“Em síntese, ressalta-se nas narrativas dos ribeirinhos entrevistados, não só na comunidade (localidade) Santa Luzia do Bóia, como nos das demais que entramos em contato ao percorrermos as margens da calha do Solimões, a consciência social de que sobre as regras de parentesco e vicinais que orientavam a constituição dos grupos de localidade, sobrepuseram-se os princípios religiosos de organização comunitária, tendo em vista as mudanças de método pastoral ou catequético da Igreja Católica e a construção de bens públicos, constituídos pelos próprios moradores ou por reivindicação política junto aos órgãos de governo municipal.” (NEVES; GARCIA, 2012, p. 311).

Como existiam comunidades afastadas, as quais a igreja não conseguia acompanhar com frequência, é implementado um sistema chamado de “desobrigas”, onde se recrutava cidadãos locais, para realizar trabalhos missionários de forma voluntária, relacionados a catequese ou manutenção de clube de mães, por exemplo (NEVES; GARCIA, 2012). Com o tempo, esses locais de encontro entre os moradores, passam a ser espaços que além de servir para a expressão da crença em comum, também existem para propiciar a reflexão de demandas e problemas das vivências da população. São instituídos líderes de comunidade, que desenvolvem a prática religiosa, assim como são incumbidos de representar a comunidade de uma forma política, sendo porta-vozes das reivindicações da população local.

De acordo com Neves e Garcia, com base em iniciativas da igreja católica na criação de pastorais e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), alheio as ações missionárias, iniciou-se um processo de mobilização para conscientização ambiental e pela preservação dos lagos nas comunidades. A questão religiosa se mescla com os ideais preservacionistas, assim, as comunidades que já se reuniam para professar

a fé em comum, iniciam a criação de associações voltadas a preservação e desenvolvimento sustentável, como o Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) e a Associação da Reserva Catuá- Ipixuna, ambos foram apresentados para as pesquisadoras na visita que acarretou na pesquisa.

Como comentado anteriormente, nessa localidade a designação de comunidade perpassa o já visto, não engloba apenas proximidade geográfica e tampouco relações vizinhais ou de parentesco, mas se manifesta principalmente através da identificação religiosa. Isso se apresenta nas formas como as pessoas se organizam e conduzem suas vivências. A igreja concede papéis de representação como os de catequistas aos moradores locais, que de forma voluntária passam a atuar. O catequista é responsável por formar jovens para seguir adiante na vida cristã, mas aqui o papel do catequista exerce mais do que a função de educar propriamente dita.

Algumas entrevistas são concedidas durante a pesquisa de Neves e Garcia, na intenção de assimilar através dos próprios moradores, como o aspecto religioso é tão intrínseco na formação e estrutura da comunidade estudada. É mencionado pelos entrevistados, que para se tornar catequista nessa localidade, não basta apenas se candidatar, é preciso ganhar “prestígio” entre os moradores, se dedicando a participação no culto, frequentando reuniões, há que corresponder a um conjunto de serviços prestados à comunidade.

O morador escolhido, irá iniciar como catequista na comunidade, podendo alçar a catequista regional ou animador de setor, esse último descrito como um cargo que demanda mais funções e que é considerado mais importante na comunidade. Os indivíduos recebem uma formação que a própria igreja fornece todos os anos. Todo esse processo, se deve ao fato de que o catequista e o animador de setor irão exercer o papel de agentes sociais e políticos. É descrito que o catequista fica responsável principalmente por fortalecer a noção de convivência comunitária, reforçando ideais de união e harmonia. Como é descrito por uma das entrevistadas, que exerce o papel de catequista na comunidade:

“[...] O catequista faz diversos trabalhos, ele tem a missão de ajudar o pessoal para aprender a convivência de cristão, convivência comunitária, para poder viver em comunidade, trabalho de reunir as pessoas para saber viver em união, harmonia com as pessoas. Se não existir essas coisas no meio, não pode haver comunidade [...]” (NEVES; GARCIA, 2012, p. 333)

Já, é através do animador de setor que se trabalham noções de educação e conservação ambiental, de desenvolvimento sustentável na comunidade, mesmo que a partir de uma visão religiosa cristã. Será a ele atribuído a responsabilidade de mobilizar a população para essas questões e, além de tudo, será o encarregado de dialogar com as organizações governamentais, que chegam a comunidade, como por exemplo, o IBAMA.

“[...] O animador de setor é aquela pessoa que promove Encontros de Setor no seu setor, reúne as comunidades. O dever do animador de setor é reunir as suas comunidades para junto discutir os seus problemas: questão de terra, água, preservação, organização comunitária. Essa é a função do animador de setor. É conduzir. Conduzir as pessoas para que cheguem mais perto das suas atividades”. (NEVES; GARCIA, 2012, p. 338)

Ainda há catequistas e animadores de setor que vão alçando outros cargos na comunidade, como agente ambiental ou agente de saúde, de forma voluntária e através de iniciativas do MEB. Portanto, pode se perceber através das dinâmicas apresentadas pelos moradores as pesquisadoras, que esses ribeirinhos se organizaram politicamente em prol de suas lutas comunitárias, utilizando como referência a intervenção da igreja católica e das instituições paralelas como o MED e o GPD. Um modelo de referencial que reafirmava relações de parentesco e de laços de vizinhança.

Os estudos aqui apontados trazem perspectivas que são comumente apresentados nos Estudos de Comunidade contemporâneos, como a relação da comunidade com políticas e programas de desenvolvimento, a relação com extensionistas e agente públicos, a religião como forma de expressão comunitária, mas, sobretudo, o que é apontado com destaque por todos os pesquisadores analisados aqui, que são as relações pessoais estabelecidas entre os indivíduos de uma comunidade rural, e o vínculo que existe entre essas relações com todo o restante que ocorre nessas localidades. Assim, se tornou evidente ao concluir o texto, que conhecer as diferenças e respeitar as especificidades das comunidades rurais, onde quer que elas estejam, deve ser considerado ao promover processos organizativos e políticas públicas voltadas ao meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das explanações feitas até aqui, podemos entender que, apesar das críticas pertinentes feitas por cientistas sociais ao EC, esse modelo de pesquisa, desde as décadas anteriores quando começou a ser aplicado por estudiosos brasileiros, contribuiu ao possibilitar que as comunidades rurais, antes negligenciadas, pudessem receber a atenção e estar no centro de debates, tanto referentes ao poder público, como dentro dos ambientes acadêmicos. Ademais, como comentando anteriormente, os estudos de comunidade incitaram o trabalho de campo, como uma ferramenta importante na produção de dados empíricos, que ao serem analisados, possuíam grande valor na criação de projetos e políticas públicas.

Os EC mais recentes que foram analisados nesse trabalho, nos mostram que além da importância de considerar dinâmicas existentes dentro de uma comunidade ao pensar em propostas de projetos e políticas públicas, é preciso considerá-las da mesma maneira durante todo o processo do desenvolvimento. De forma a incluir e incentivar os espaços de decisão e gestão em comum, a considerar territórios de afinidades, visando não gerar disputas e constrangimentos. Pensar as comunidades de forma não homogênea, pode constituir um desafio a agentes públicos e extensionistas rurais, ao propor que analisem para além das concepções teóricas, levando em conta a organização própria da comunidade rural, que muitas vezes, será pautada nos princípios das relações sociais.

“É comum ouvir de alguns técnicos: “essa comunidade não tem organização”. Como não tem organização? Ela não organiza suas festas comunitárias; seus jogos? Não sabe quem é quem e que pode contribuir com o que? Não aponta imediatamente quem tem habilidade para cozinha ou para vendas? Com certeza sabe. O técnico é que, partindo do pressuposto que ele é quem sabe, não consegue abrir olhos e ouvidos e melhor visualizar os aspectos tênues, porém de força, desses espaços.” (GERBER, 2012, p.80)

Mesmo o texto de Woortmann partindo de suas observações da experiência antropológica com as comunidades em décadas passadas, as relações com base na pessoalidade, sejam de parentesco, vizinhais, de amizade, de favores, permanecem intrínsecas na concepção e organização das comunidades rurais. Em todos os estudos que vimos ao longo da pesquisa, esse foi um fator levantado pelos autores, seja no interior de Santa Catarina ou em uma Reserva Extrativista na Floresta

Amazônica.

A noção mais moderna de comunidade rural, ainda apresenta como característica a base territorial, mas não considera necessariamente que dividir um espaço em comum, determine uma comunidade. O sentimento de identificação e pertencimento continua sendo uma das características mais relevantes, se manifesta nos costumes, tradições ou no compartilhar uma mesma crença religiosa, assim como vimos em alguns estudos aqui comentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Carolina M. H. Comunidades Rurais Fluminenses e Programas de Desenvolvimento: criando conselhos, comitês e fóruns...”pra quê tanto?. *In: WIGGERS Raquel; RATIER Hugo; RODRIGUES, Cintya (org.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. p. 44- 64.*

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964.

COMERFORD, John. Comunidade Rural. *In: Motta Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. p. 112-120*

GERBER, Rose M. Entre particularidades e diversidade: A experiência de organização de famílias agricultoras de Santa Catarina, Brasil, no Projeto Microbacias 2. *In: WIGGERS Raquel; RATIER Hugo; RODRIGUES, Cintya (org.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. p. 65- 87.*

GOLDWASSER, Maria Júlia. Estudos de Comunidade: teoria ou método? **Revista de Ciências Sociais**, vol. 5, n. 1. Fortaleza, UFCE, 1974.

NEVES, Delma; GARCIA, Ângela. Santa Luzia do Bóia (AM): vida comunitária em consagração. *In: WIGGERS Raquel; RATIER Hugo; RODRIGUES, Cintya (org.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. p.295- 387*

NOGUEIRA, Oracy. Os Estudos de Comunidades no Brasil. **Revista Antropologia**, vol. 3, n.2, 1995

OLIVEIRA, Nemuel; MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 26, n. 3, p. 521- 550, 2012.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. 3 Tomos. Ministério do Interior, SUVALE, Rio de Janeiro, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. Métodos Sociológicos. **Fundamentos**. N° s 7-8, dez. 1948/ jan. 1949.

RODRIGUES, Cyntia; MELO, Marco. Comunidade, associação e meio ambiente: relações que se complementam, nos grupos rurais do “Morro do Macaco”. *In: WIGGERS Raquel; RATIER Hugo; RODRIGUES, Cintya (org.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. p. 247- 265.*

SAWAÍÁ, Barder. Comunidade: Apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *In: CAMPOS, Regina H. (org.). **Psicologia social comunitária**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, p. 35- 53, 1996.*

WIGGERS, Raquel. Programa Bolsa Floresta: Comunidade Rurais em Unidades de Conservação Ambiental do Amazonas. *In: WIGGERS Raquel; RATIER Hugo; RODRIGUES, Cintya (org.). **Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. p. 23 – 43.*

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do**

Nordeste. São Paulo – Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1995.

WOORTMANN, Klass. A antropologia brasileira e os estudos de comunidade. **Universitas**, n. 11, 1972.

.

